

ANC

GAZETA MERCANTIL

- 6 ABR 1987

Cinco equívocos a serem evitados na futura Constituição

Cristiano Franco Neto (*)



A nova ordem constitucional se estabelecerá por um jogo de uma só cartada. Constituições não se mudam por portarias ou resoluções do Conselho Monetário Nacional, e por isso mesmo representam uma opção jurídico-social diante da qual qualquer grande equívoco é fatal.

Que a nova Constituição deverá voltar-se para a melhoria de vida do povo brasileiro, sobretudo das classes menos favorecidas, é princípio com o qual nos devemos solidarizar por motivos éticos e humanitários. Não há iguaria que se possa saborear diante de um exército de famintos, e eliminar a pobreza absoluta deve ser objetivo natural da sociedade brasileira.

Apenas é preciso que os meios levem aos fins, e nada mais cruel com o povo do que o submeter a regras econômicas bem intencionadas mas ineptas. É fácil eliminar as desigualdades individuais via nivelamento por baixo, em que os ricos ficam pobres e os pobres acabam piorando ainda mais. Apenas isso pres-

supõe que a causa da infelicidade seja a inveja, e não a miséria. Caricatura cruel da sociedade brasileira, onde cada indivíduo deseja prosperar, e não impedir que os demais prosperem. As sociedades só progredem na medida em que entendem que a economia não é um jogo de soma zero, em que o ganho de um é a perda de outro. Mas um jogo onde há a oportunidade de que todos ganhem mais, pelo trabalho e pela cooperação. A filosofia da soma zero transforma-se em autoprofecia, levando à estagnação, numa primeira fase, e ao totalitarismo, numa segunda.

Listemos alguns dos equívocos tão bem intencionados quanto ineptos. O primeiro, é a ilusão de que o trabalhador tem algo a ganhar com o instituto da estabilidade no emprego. Isso pode ser verdade para uns poucos, mas não para o conjunto. Simplesmente porque o empresário que não pode demitir, só admite empregados em última instância. Num país de população estacionária, esse impasse é, na mais branda das hipóteses, um foco de ineficiência. Num país que precisa criar um milhão e meio de empregos por ano, um crime de estupidez.

O segundo é que o país reforça sua soberania e seu bem-estar exorcizando o fantasma das multinacionais, cujos centros de decisão localizam-se fora das fronteiras nacionais. Esse é o esquerdismo do complexo de inferioridade, na contramão de tudo o que hoje pregam Gorbachev e Deng Xiaoping. E que, implicitamente, classifica o Brasil como uma "Banana Republic", esquecendo-se de que somos a oitava economia do mundo ocidental. Afinal, as multinacionais trazem capital, tecnologia, geram empregos. E naturalmente se enquadram nas regras do jogo ditadas pela política econômica nacional. Pergunte-se aos operários da indústria automobilística se eles desejam que o Brasil deixe de produzir automóveis e caminhões, só porque alguns diretores das fábricas falam português com sotaque americano ou alemão.

Um terceiro equívoco é presumir que a intermediação financeira se situe melhor nas mãos do governo do que nas do setor privado, movido pela ganância e pelo objetivo de lucro. Que os bancos estatais podem conceder empréstimos a juros bem mais baixos do que os bancos privados é

questão passada em julgado: basta que o Tesouro os subsidie. Resta lembrar que a economia não opera o milagre da multiplicação dos pães e que o subsídio que alguém recebe é o imposto que algum outro paga.

Um quarto equívoco consiste em admitir que a justiça social só se consiga pela agressão ao direito de propriedade. Nenhuma sociedade moderna obviamente pode prescindir do instituto de desapropriação por interesse social, sem o que jamais se construiria uma estrada ou uma hidrelétrica. Mas a contrapartida é a indenização pelo valor de mercado, que sujeita o direito de propriedade ao princípio de fungibilidade, mas não ao perigo do confisco. Pois, diante desse perigo, ninguém poupa, nem o rico nem o pobre. E sem poupança não há progresso possível.

Um quinto equívoco é exorcizar o lucro como a exploração promovida pelos inimigos do povo. Por certo, o lucro não deve ser o privilégio de cartórios empresariais, e os ganhos dos monopólios naturais devem ser regulamentados. Apenas agredir a idéia do lucro é imaginar que vivemos num paraíso onde o

"hobby" é capaz de substituir o trabalho para o sustento da população. Na realidade, o lucro é o motor dos novos investimentos e da criação dos novos empregos, e, numa economia que se quer desenvolver, tanto as empresas privadas quanto as estatais precisam acumulá-los.

O Brasil quer justiça, progresso e liberdade, um triângulo que só se constrói quando se deixa que cada qual persiga suas ambições e seus interesses. Individualismo que o governo deve orientar para o bem coletivo, mas nunca frear como força motora do progresso. O socialismo europeu de Felipe Gonzales, de Bettino Craxi e do próprio François Mitterrand reconhece esse princípio, e vale sublinhar que, na atual frente de onda, a França procura reprivatizar os bancos que estatizou poucos anos atrás. No outro pólo, Deng-Xiaoping lembra que é preciso usar métodos capitalistas para mostrar a eficiência do socialismo, tese repetida pelo premier Mikhail Gorbachev. Não tentemos, a essa altura, redescobrir a roda.

(*) Presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid).